

O PARAGUAI - O BRASIL - A OEA - O PROTOCOLO DE MONTEVIDÉU

Profª. Guilhermina Coimbra

A OEA está preocupada com a situação do Paraguai. A Comissão Interamericana considera inaceitável a expedição do juízo político do dia 21.6.12, pela Câmara dos Deputados do Paraguai cujo veredito de 39 votos a favor e quatro votos contra decidiram o "impeachment" do presidente constitucional e democraticamente eleito. Questiona a escassez de tempo de 24 horas, para a realização do processo e procedimento de um juízo imparcial, por se tratar de um Chefe de Estado de Direito.

Mas, os residentes no Paraguai – os diretamente interessados, porque serão eles os que sofrerão as conseqüências se estas forem funestas - estão totalmente de acordo com o ocorrido. Segundo eles não houve golpe de Estado. Todas as garantias do devido processo legal foram tomadas, o "impeachment" jamais poderá ser considerado um golpe de Estado, como querem fazer crer. Aplicaram cuidadosamente a Constituição da República.

Consideram uma ignorância pretender tachar o fato como golpe de Estado, porque, ninguém foi deposto à força, não foi violada absolutamente, nenhuma norma legal, nem nenhum direito humano e o juízo político é uma alternativa prevista na Constituição do Paraguai. Informam que não é um governo de "direita" e sim um governo liberal.

Quanto a razão de fato é a de que a população, cansada de todo tipo de ditaduras de "direita" e de "esquerda", não estava satisfeita com a dissimulada adesão do presidente deposto ao "bolivarianismo".

Pensam inclusive que, deveriam ter tomado a decisão um pouco antes e preservado a vida de sete policiais desarmados e onze falsos camponeses,

Segundo eles, se tivessem demorado um pouco mais, teria havido mais derramamento de sangue, porque os radicais teriam tido a oportunidade de mobilizar, infiltrados disfarçados de camponeses armados e treinados por organizações estrangeiras, possuidoras de armas que nem os militares de lá têm.

Segundo os residentes, as sentenças judiciais não estavam sendo cumpridos, escritórios privados emitiam títulos falsos, grandes, médios e pequenos proprietários de terra paraguaios e estrangeiros não estavam satisfeitos, entre outras razões, motivaram que acabasse como acabou, sem esperar os dias que ainda faltavam para o final do governo julgado impedido.

Outra forte razão, foi o Protocolo de Intervenção, de Montevideu, assinado pelo Presidente deposto, e denunciado pelo Congresso paraguaio como sendo um atentado à soberania paraguaia.

Sabem que não vão poder contar com a aprovação de dois governos de países Sul-Americanos - apesar de reconhecerem as coisas boas que fizeram em benefício dos Estados por eles governados - mas, consideram grave o fato de terem acabado com as instituições, entre elas o Poder Judiciário, que segundo eles, no Paraguai carece de credibilidade e de independência, mas, é melhor do que o de alguns bem piores.

E, também, não estão se importando, nem com o apoio nem com a rejeição de mais um ou outro país vizinho ao novo governo, porque segundo eles o tratamento dentro e fora do MERCOSUL relativamente ao Paraguai nunca foi justo.

A Alemanha foi o primeiro país a reconhecer o novo governo, aguardam o apoio do EUA e dos demais Estados que têm interesses no país.

Aguardam que as relações com o Brasil - seja igual a de todos os países democráticos e que possam continuar sendo mantidas em nível igual ou, em nível até bem melhor. É o que pensam.

O Brasil é o principal país do Continente Sul-Americano com divisa com o Paraguai.

Por esta razão, nosso governo tem que estar atento à segurança dos "brasiguaios", agricultores brasileiros porque eles constituem uma das principais forças da agropecuária paraguaia e está entre os alvos dos que se dizem sem-terra, permanentemente molestados por um movimento que não se distingue do banditismo, haja vista a atuação deles na Rio+20.

Na verdade, apesar de ter sido obedecido o devido processo legal e de todas as justificativas dos residentes no Paraguai, o "impeachment" soou estranho. Principalmente pelo fato ter ocorrido justamente no final da Conferência Rio+20.

Para os que acompanham atentamente foi quase um recado - haja vista o governo do Brasil não ter se submetido a imobilizar o desenvolvimento, vendendo as fontes de riqueza do país, em troca de dinheiro - moedas de pouquíssimo valor agora e de nenhum valor amanhã.

E, estranho, também, pelo "zelo" da OEA.

Como é notório, pelo histórico da OEA, um liberal no governo de qualquer país da América do Sul, é o "sonho de consumo" dos interesses da Organização, lado a lado com o sonho dourado de ingerir nos assuntos internos dos seus Estados-

Membros. Melhor do que isso para a OEA só o Acordo de Solução Amistosa que pretende ver cumprido no Brasil.

No Acordo de Solução Amistosa da OEA fica evidenciada a pretensão da ingerência da OEA nos assuntos internos - audácia maior, ingerência no Exército Brasileiro - quando diz: "O Estado brasileiro se compromete a realizar estudo sobre a possibilidade de firmar convênio com o Instituto Interamericano de Direitos Humanos, cujo objetivo é assegurar, através do curso de capacitação, que a formação das praças e oficiais das Forças Armadas Brasileiras atenda aos padrões internacionais de proteção aos direitos humanos".

A imposição do ato solene, que certamente terá ampla cobertura da mídia descompromissada com os interesses da população brasileira é parte do Acordo de Solução Amistosa celebrado entre o Estado Brasileiro e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A CIDH da OEA, como todos sabem, é uma Comissão política. A CIDH da OEA faz consignar aos interessados em saber da sua atuação, que qualquer pessoa, ou, familiar de alguma pessoa - que esteja com os respectivos direitos humanos em risco, ameaçados, ou, violados - pode escrever para a CDH/OEA relatando a violação, que a CDH agirá em benefício da proteção dos direitos humanos.

Só que, politicamente, para que sejam considerados humanos com direitos, pela CIDH/OEA, é necessário que o ato político que motivou a "violação" (entre aspas, mesmo) esteja de acordo com a política da OEA.

E a política da OEA, é a da ingerência em todos os Estados-Membros da Organização, cujos governos estejam em desacordo com aqueles que vêm trabalhando, há muitos e muitos anos, objetivando implantar o governo único mundial para gerir a internacionalização dos bens públicos nacionais de cada um dos referidos Estados-Membros.

A CIDH/OEA tem se auto-desmoralizado. Desmoralizou-se em diversos momentos, como por exemplo, no momento em que os familiares dos invasores da Embaixada do Japão em Lima, Peru, foi acionada desesperadamente pelos familiares dos invasores, para que atuasse na defesa dos direitos humanos dos invasores, durante o Governo do Fujii Mori. A CDH/OEA não atuou, silenciou vergonhosamente, permitindo o massacre dos invasores, dentro da Embaixada. A CDH/OEA não agiu, não fez nada, porque para ela, os invasores, ao contrariarem interesses políticos e econômicos de algum de seus Estados-Membros, não tinham direito à vida, não eram humanos.

A CIDH/OEA tem a sua sede na Costa Rica: um dos países mais pobres e desinfraestruturado. Nos grandes hotéis das cadeias norte-americanas, alertam sobre o risco de assalto, logo, na saída dos hotéis. A CDH/OEA jamais fez

campanha - mais do que justa - pelos direitos humanos -direito de ir e vir - dos residentes naquele país.

A CIDH/OEA dissimula ignorar que faz parte dos direitos humanos o direito de todos os seres humanos à infra-estrutura, à segurança e às necessidades básicas atendidas.

A CIDH/OEA têm que conhecer os antecedentes históricos de seus Estados-Membros, atentar para a violação, por exemplo, da Concorrência Comercial internacional.

Se o Estado-Membro da OEA é impedido de concorrer no comércio internacional, é lógico que há uma violação de muitos direitos humanos. Entre eles o direito à satisfação das necessidades básicas das populações prejudicadas e desempregadas, pela concorrência desleal em mercados relevantes,

Muito, principalmente, a CIDH/OEA tem que aprender a controlar essa vontade irresistível, que demonstra ter, de se deixar levar por informantes de interesses políticos contrariados dentro de seus Estados-Membros.

Caso contrário, vai continuar desmoralizando-se até a sua extinção. (A memória nacional e a memória internacional não esquecem o caso daquele Presidente que, por razões políticas, mal se refugiou na Embaixada do Brasil e a OEA, afoita e irresponsavelmente reconheceu o grupo que ilegalmente havia tomado o poder.).

Essa instituição é a mesma que apregoa a revogação da Lei de Anistia Brasileira, tentando desqualificar o que foi aprovado pelo Congresso, sancionado pelo Presidente e confirmado pelo Supremo Tribunal Federal do Brasil. Isto não é uma ingerência desrespeitosa?

Aceitar a interferência de organismos internacionais na condução do processo de formação dos quadros militares brasileiros é inadmissível, em termos de segurança dos residentes no Brasil.

Inadmissível deixar que o clima de denuncia no sentido de passar o entendimento de que a formação e a instrução militar se aproximam de ato de tortura, porque isso levará ao imobilismo de ação e à queda do padrão de preparo dos profissionais militares brasileiros.

A democracia tem várias maneiras de ser capciosamente entendida. Mas, para os que residem nos países da América do Sul a democracia é o exercício de eleger diretamente aqueles que irão governar o país de acordo com os interesses dos nacionais e estrangeiros que nele residem.

É a distribuição equitativa do poder dos eleitos para governar os que residem dentro do país.

Este direito foi conquistado com esforço e sacrifício pelos países da América do Sul e deve ser defendido sem hesitação.

No Brasil e na América do Sul não se admite que democracia seja entendida como o governo de outros Estados em benefício de suas respectivas populações.

No Brasil não se admite que democracia seja entendida como carta-branca aos poderes para que façam negócios de Estado, prejudicando os residentes.

Não há como entender democracia como o poder de democratizar os bens públicos do Brasil entre os lobistas dentro do Brasil e os seus representados, fora do Brasil. Isto não é democracia, isto é colaboracionismo, é crime de lesa pátria. O mesmo raciocínio se aplica relativamente ao entendimento das palavras liberalizar, socializar e comunizar. Entender diferentemente é ainda inocentemente acreditar que os navegantes enfrentaram o Atlântico, chamado de Mar Tenebroso, por causa da pimenta, do cravo e da canela, acreditar em Papai Noel e em outras crendices.

Importante lembrar e constatar que jamais existiu entre os Presidentes que governaram o Brasil, um Presidente brasileiro ao menos parecido ou que pudesse ser comparado com governantes como o Rei Farouk, do Egito, o Xá da Pérsia (atual Iran) os Sheiks no Oriente Médio, os Mandarins na China e os Marajás, na Índia: eles são exemplos de como não agir, são os exemplos históricos que não recomendam ceder às pressões.

Os Tratados, Convenções, Acordos e Protocolos Internacionais tem que ter ampla divulgação: há muito deixaram de ser, acordos de Executivo. A população brasileira tem que conhecer as implicações desses instrumentos internacionais assinados em nome do Brasil, porque é a população quem vai pagar a conta.

O Brasil não está respaldado pelo compromisso de intervenção assinado em Montevideu, porque esse Protocolo ameaça a soberania de todos os Estados Sul-americanos, sem excluir o Brasil. E isto é realmente preocupante.

População bem informada sempre foi o melhor escudo de Presidente bem intencionado. Haja vista os EUA, cuja população bem informada, é uma das mais nacionalistas do mundo.

O Brasil, amigo-inclusivo, ótimo sócio comercial de sócios diversificados, merece respeito.

Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros

*** O texto publicado não reflete necessariamente o posicionamento do IAB**